



Para líder, presidente deveria mencionar autoria do PSDB no incentivo ao empreendedor


A presidente Dilma Rousseff deveria citar a autoria do PSDB em projetos aprovados durante o seu governo. Essa é a opinião do líder do partido na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**. Em entrevista ao "Fantástico" no domingo (11), a petista destacou a ampliação do Supersimples e dos benefícios ao Microempreendedor Individual (MEI) como um dos maiores acertos dos oito meses de mandato. No entanto, ela não deu crédito a outros atores envolvidos no processo, como parlamentares tucanos que tiveram participação decisiva para o sucesso das iniciativas, segundo Nogueira.

Apesar da omissão, o líder acredita que Dilma reconhece o legado da sigla no estímulo ao setor. "Não quero crer que ela pretende se apropriar, como fazia o ex-presidente Lula, mas deveria ter mencionado que essas ações são oriundas de projetos do PSDB, como a defesa do empreendedorismo e o incentivo à geração de emprego e renda por meio do apoio aos pequenos e médios empre-

sários", afirmou.

"É importante reduzir imposto. Então, eu gostei de fazer isso. Para quem? Para o Supersimples e para o MEI", disse Dilma ao programa.

Em julho, a Câmara aprovou a diminuição da contribuição previdenciária do microempreendedor individual. A mudança estende o acesso aos benefícios da Previdência Social, regularizando a situação do trabalhador informal. No final de agosto, os deputados votaram por unanimidade a ampliação do Simples Nacional, que altera o limite de enquadramento das empresas no sistema.

Nogueira ressaltou que essas iniciativas têm DNA tucano. "Está tatuado no Supersimples e no MEI a ação criativa e a dedicação de deputados do PSDB que contribuíram no processo de aperfeiçoamento dessas matérias, inclusive defendendo-as no plenário quando parlamentares da própria base do governo, em especial do PT, em alguns momentos chegaram a fazer críticas", destacou. 

DNA tucano

A lei que originou o Simples Nacional é de autoria de **Jutahy Junior (BA)** e foi relatada pelo deputado licenciado **Luiz Carlos Haully (PR)**. Já **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** é autor de proposta que ampliou o Supersimples no passado.

Dilma não convence ao defender controle da corrupção no governo, avaliam deputados

Os deputados **Vanderlei Macris (SP)** e **Domingos Sávio (MG)** avaliam que a presidente Dilma Rousseff, em entrevista ao "Fantástico" no domingo (11), demonstrou também ser culpada pelos escândalos de corrupção que atingem o governo, mas não admitiu ser refém da base no Congresso. Para eles, a faxina ética é apenas factóide.

A petista negou no programa que exista uma relação de "toma lá dá cá" com seus aliados, mas, conforme destacaram os tucanos, os fatos evidenciam o contrário. Um exemplo é a manutenção de ministros mesmo após graves suspeitas, como no Turismo.


Segundo a presidente, os responsáveis não teriam sido afastados necessariamente por conta de fraudes. Para Macris, essa declaração não condiz com a realidade, já que Antonio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes) e Wagner Rossi (Agricultura) deixaram os cargos após divulgação de envolvimento em irregularidades.

"O governo simplesmente reage às denúncias feitas, pois não tem uma postura que possa ser considerada

ética do ponto de vista da gestão. As questões de corrupção são endêmicas e não há ação específica para controlar isso", apontou Macris. Quanto à relação da presidente com os aliados, o parlamentar afirma que o esquema de apoio em troca de espaço existe. "É uma base dispersa que tem apenas interesses corporativos dentro da máquina do Estado", criticou.

Para Domingos Sávio, Dilma tenta esconder a verdade quando o assunto é escândalo. "Na prática, o que ocorreu foi isso: ela não fez mesmo nenhuma faxina. Foi atropelada pelos fatos. O triste é tentar tapar o sol com a peneira como se não houvesse problemas e nem a ocupação de

cargos políticos em troca de suporte no Congresso", destacou.

De acordo com o deputado, se a presidente fez as nomeações sem sofrer pressão, como tentou passar na entrevista, "é importante que assuma também a responsabilidade sobre as irregularidades". Na opinião do tucano, a reportagem foi muito branda e serviu de "horário eleitoral gratuito" para a petista. 

"O governo simplesmente reage às denúncias feitas, pois não tem uma postura que possa ser considerada ética do ponto de vista da gestão."

■ Deputado **Vanderlei Macris (SP)**

Falta de transparência com gastos da Copa revela incompetência, afirmam tucanos

A disparidade entre orçamentos para as obras da Copa de 2014 e a falta de transparência na aplicação de recursos mostram a incompetência do governo federal em administrar o dinheiro público, na avaliação dos deputados **Carlos Roberto (SP)** e **Rui Palmeira (AL)**. A menos de três anos para a realização do torneio, o Brasil ainda não tem as contas fechadas para o evento esportivo, segundo o jornal "Folha de S.Paulo".

Enquanto o Executivo prevê custo de R\$ 23,4 bilhões, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) estima gastos de R\$ 84,9 bilhões.

Rui Palmeira acredita que os empreendimentos não ficarão prontos até 2014. "O atraso é notório. Está sendo vendida uma coisa que não acontecerá", disse. "A situação é estarrecedora e revela total incompetência do governo."

O cenário conduz o país ao risco de uma explosão de custos, alerta o procurador-chefe do Ministério Público Federal do Amazonas, Athayde Ribeiro Costa. Ele coordena

o Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014. Para a Procuradoria, há indícios de falta de transparência nos investimentos, precariedade dos projetos e atrasos. Athayde avalia que o descontrole orçamentário aumenta o risco de corrupção.

Para Rui Palmeira, a fiscalização é essencial para evitar o desperdício. "É fundamental que as pessoas acompanhem, critiquem e mostrem as falhas das construções", apontou.

No Amazonas, o MPF determinou à Caixa e ao BNDES a suspensão dos repasses de recursos por falta de ações para a obra do monotrilho e da arena Amazônia, em Manaus. Os dois empreendimentos devem consumir quase R\$ 900 milhões e, segundo o Ministério Público, não têm projeto executivo.

Carlos Roberto acredita que o Planalto tenta transmitir a falsa ideia de que o andamento das construções está normalizado. "É preciso muito trabalho para mudar o cenário. A preocupação é ainda maior com o preço", alertou. @

R\$ 84,9 bilhões

É o valor previsto pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) para custear a Copa de 2014, enquanto o governo estima apenas R\$ 23,4 bilhões.

@ Improvisos da gestão petista podem levar o país a torrar uma fortuna nas obras para o evento, alerta ITV

Atendimento de operadoras de planos de saúde precisa ser fiscalizado

Qualidade no atendimento, insatisfação dos clientes, falta de cobertura e reajustes abusivos por parte das operadoras de planos de saúde serão discutidos na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara nesta terça-feira (13). Para os deputados **Raimundo Gomes de Matos (CE)** e **Manoel Salviano (CE)**, não há fiscalização no setor.

Reportagem do jornal "Correio Braziliense" destaca que os planos lideram o ranking de reclamações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) há mais de 10 anos. Só no primeiro bimestre de 2011, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) registrou 28.318 queixas.

Para Gomes de Matos, a ANS deixou de ter compromisso com a sociedade quando o PT assumiu o poder e passou a lotear os órgãos públicos. As agências foram criadas na gestão Fernando Henrique Cardoso para me-

lhorar a fiscalização de serviços essenciais à população, recorda. "E não ficar de braços cruzados como cabide de emprego", afirmou. "Está generalizada a questão da falta de controle e de pessoas com capacidade de gerenciar."

Manoel Salviano diz que a ANS não cumpre a função de verificar se os clientes estão sendo bem atendidos. "É preciso ter um acompanhamento mais eficiente, regulamentar melhor e adequar. Cada vez que os planos atendem mais o contribuinte, o SUS pode ter maior flexibilidade de receber sua demanda", destacou. Salviano questiona o benefício dado às empresas

quando o procedimento é feito por hospitais públicos, já que as operadoras não fazem os repasses aos cofres.

Segundo a Agência Câmara, participarão do debate representantes do Conselho Federal de Medicina, da ANS, da Superintendência de Seguros Privados, de cooperativas e da Federação Nacional de Saúde. @

"Está generalizada a questão da falta de controle e de pessoas com capacidade de gerenciar (as agências reguladoras)."

■ Deputado **Raimundo Gomes de Matos (CE)**

Leia também em nosso blog:

- Azeredo pede aumento de valores dedutíveis do Imposto de Renda em despesas com educação
- Carlos Leréia comemora pacote de ações para o nordeste de Goiás
- São Paulo recebe reunião da Frente Parlamentar do Setor Têxtil
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Andreia Zito (RJ), Carlos Sampaio (SP) e Vaz de Lima (SP)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @ , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo